

Novos programas, que generalização para 92/93?

Algumas reflexões sobre a formação de professores

Maria Margarida Graça
Maria Olímpia Máximo

Não pretendemos com este artigo apresentar uma reflexão profunda sobre formação de professores, apenas levantar algumas questões ligadas a este domínio, face à generalização dos novos programas.

A qualidade do ensino, a inovação e o progresso contínuo de qualquer sistema educativo dependem, não só da qualidade dos programas, mas fundamentalmente de uma formação adequada dos professores, que contribua para a melhoria da sua qualificação profissional.

A reforma de um sistema Educativo pressupõe, de forma articulada, uma política global de formação, um processo de desenvolvimento de currículos e programas e um processo de inovação pedagógica.

No momento actual da Reforma Educativa, em Portugal, todos os professores têm naturalmente a consciência que a sua formação é um dos aspectos fundamentais, senão o mais relevante de qualquer mudança de ensino.

A formação de professores de Matemática, para a implementação dos novos programas, deve ser equacionada tendo em conta a situação real daqueles a quem se destina.

Cerca de metade dos professores de Matemática do Ensino Secundário (49,2%) não são profissionalizados e 60% destes não têm habitação própria; acresce ainda o facto de um grande número de professores, senão a maioria, ainda não terem conhecimento dos novos programas.

Como se justifica que a menos de um ano da prevista generalização (7º e 10º anos) ainda quase nada tenha sido

feito no domínio da formação?

Falta de recursos?

Falta de imaginação?

Ou falta de competência?

Entre nós, a actual política de formação de professores desenvolve-se em três vertentes, definidas na lei de bases do Sistema Educativo (artº. 35):

• Formação inicial — prévia ao exercício de funções.

• Profissionalização em serviço — destinada aos professores licenciados de modo a garantir-lhes formação profissional.

• Formação contínua (quase inexistente) — ao longo da carreira docente.

Entre os objectivos mais importantes da formação contínua, sobressai a actualização e aperfeiçoamento de conhecimentos e competências profissionais, tanto no domínio científico

como pedagógico.

Será possível fazer a generalização dos novos programas sem procurar estabelecer um plano de formação e acompanhamento de professores, face a novos objectivos, conteúdos e metodologias, integrado num processo de formação contínua?

Será necessária uma grande reflexão, mesmo dos professores mais experientes, pois não se pode esquecer a resistência que cada um de nós oferece à mudança.

Para a divulgação, sensibilização e debate dos novos programas seria útil:

• Utilizar os "mass-media".

• Promover reuniões e encontros a nível de escola.

• Organizar reuniões a nível de zona escolar e regional.

Com vista à implementação dos novos programas deveriam ser estabelecidos protocolos com as Escolas Superiores de Educação e Departamentos de Educação das Universidades, no sentido de facilitar, por um lado, a formação contínua e, por outro, adequar o ensino ministrado nas Escolas Superiores, às exigências da Reforma Educativa.

Qual a explicação para o facto de, apesar de ter sido criada uma Secretaria de Estado da Reforma Educativa em ligação com as diferentes Direcções Regionais e a D.G.E.B.S., o sistema continuar ineficaz, mesmo após as múltiplas críticas a que têm sido sujeito?

O processo segundo o qual

3.º

Generalização

Na sequência do despacho referido no n.º 4 do n.º 2.º, e após a consolidação dos programas, serão os mesmos objecto de aplicação generalizada, de acordo com o seguinte calendário:

- No ano lectivo de 1991-1992, os do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico;
- No ano lectivo de 1992-1993, os do 2.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, os do 1.º ano do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como os do 1.º ano do ensino secundário;
- No ano lectivo de 1993-1994, os do 3.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, os do 2.º ano do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como os do 2.º ano do ensino secundário;

está a ser implementada a Reforma Educativa não é certamente o mais adequado. Nós que estamos numa escola onde estão a ser experimentados os novos programas, não confundimos tarefas de acompanhamento de professores e algumas pequenas acções (a maioria das vezes em tempo não útil), com a formação contínua, em diversas áreas, tantas vezes solicitada por nós e ainda não conseguida.

Saliente-se, no entanto a extrema qualidade e utilidade do acompanhamento por nós recebido das professoras acompanhantes, tanto no 7º como no 10º anos, no ano lectivo de 90/91. Ressaltamos o aspecto positivo do trabalho em equipa, ao longo de todo o ano lectivo anterior, entre as escolas da zona de Lisboa, envolvidas na experimentação e as respectivas professoras acompanhantes. Por determinação da DREL, apenas o 8º ano da experimentação tem acompanhamento, no actual ano lectivo (sic).

Achamos fundamental que todos reflitamos no sentido de analisarmos se

existirão, de facto, condições para a prevista generalização. Quantos de nós estaremos preparados para, junto dos alunos:

- Desenvolver actividades de exploração, formulação de conjecturas, resolução de problemas, raciocínio e estimação?
- Dinamizar trabalhos de grupo, trabalho de projecto e área-escola?
- Utilizar a calculadora e o computador?
- Abordar temas como História da Matemática, Geometria, Estatística e Probabilidades?

Precisamos de ter a força e a coragem de repensar o processo de generalização dos novos programas para que a aprendizagem da Matemática seja um processo activo e construtivo.

Num futuro que se adivinha cada vez mais tecnológico, não devemos reavaliar o papel da Matemática de modo que os nossos alunos saibam resolver problemas, raciocinar, fazer conjecturas, comunicar os seus raciocínios e criticar os

resultados, desenvolvendo deste modo o gosto pela Matemática?

Bibliografia

Abrantes, P. (1991). 1º Grupo do Ensino Secundário: o passado, o presente e o futuro, *Educação e Matemática*, 17, 19-23.

Matos, J. F. (1991). Actividades de Investigação e Aprendizagem da Matemática. Em *Actas do Profmat 91*, Vol. 1. Lisboa, APM.

National Council of Teachers of Mathematics (1991). *Normas para o Currículo e Avaliação em Matemática Escolar*. Lisboa: APM/IE.

Ponte, J., Matos, J., Guimarães, H., I.eal, L. e Canavarro, A. (1991). *O processo de experimentação dos novos programas de Matemática: Um estudo de caso*. Lisboa: IIE.

Ribciro, A. C. (1990). *Formar professores. Elementos para uma teoria e prática de formação*. Lisboa: Texto.

Tavares, J. (1990). Formação contínua de professores e investigação. *Revista Portuguesa de Educação*, 1(3), 3-13.

Maria Margarida Graça
 Maria Olímpia Máximo
 Escola Secundária de Benfica



Costa & Valério, Lda.

102 ANOS AO SERVIÇO DAS ARTES GRÁFICAS

ESCRITÓRIOS

Travessa do Convento de Jesus, 4-1.º
 Telef.: 670675-604553 · 1200 LISBOA

OFICINAS

Rua do Sol a Santa Catarina, 29-29A-30B
 Telef.: 328873 1200 LISBOA

ARMAZÉNS

Rua do Sol a Santa Catarina, 36A-36B
 1200 LISBOA